



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2020

PRAZO: de 08 de dezembro de 2020 a 07 de dezembro de 2021

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa **MERCOVIA - SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praça Dr. João Nery, 06, Casa 04 - Centro, na cidade de Mendes (26.700-000), Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.096.960/0001-05, neste ato representada pela Procuradora Sra. **Marisa de Fatima Jacoboski Natal**, portadora do CPF sob o nº 567.222.149-15 e RG nº 3.193.298-0, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2020**, do tipo menor preço por LOTE, no sistema de registro de preços, para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do edital, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A presente ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do edital e a este, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	1	150,0	UN	21147	CALOTAS TARTARUGA TAMANHO 14X5 CM EM POLIESTER REFORCADO, NA COR AMARELA	I.C.D.	14,90	2.235,00
1	2	150,0	UN	5185	TACHA BI-DIRECIONAL 10X10X2,00CM EM POLIESTER REFORCADO, NA COR AMARELA	I.C.D.	9,90	1.485,00
1	3	300,0	UN	5186	TACHAO BI-DIRECIONAL DE 25X15X5 CM COM 02 PINOS DE FIXACAO SEXTAVADOS, COR AMARELA	I.C.D.	23,00	6.900,00
1	4	100,0	KG	5189	COLA ADESIVA PARA TACHAS E TACHOES, A BASE EPOXI OU POLIESTER, EMBALAGEM COM 01 KG	I.C.D.	16,00	1.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01								12.220,00

(doze mil e duzentos e vinte reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de 08 de dezembro de 2020 a 07 de dezembro de 2021**.

Parágrafo Segundo: O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.



Parágrafo Terceiro: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

Parágrafo Primeiro: As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da contratação dos produtos e conseqüentemente do seu pagamento.

Parágrafo Segundo: A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para aquisições pretendidas, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

Parágrafo Quarto: As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Obras, Viação e Urbanismo o qual é responsável pela demanda das aquisições necessárias.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

Parágrafo Segundo: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento e instalação, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento e instalação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Os prazos, local e condições de entrega ou execução estão fixados detalhadamente no item 4 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observados pela DETENTORA.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da aquisição, os quais somente serão válidos para esta licitação.

Parágrafo Segundo: Ao município reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas no presente Edital, ou que seja considerado inadequado pelo município.

Parágrafo Terceiro: Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

Parágrafo Segundo: Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

Parágrafo Terceiro: Autorizada qualquer das hipóteses retro, a detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

Parágrafo Primeiro: Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

Parágrafo Segundo: Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

Parágrafo Terceiro: Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

Parágrafo Quarto: Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

Parágrafo Quinto: Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

Parágrafo Sexto: Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

Parágrafo Sétimo: Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

Parágrafo Oitavo: Os produtos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito na nota de empenho e de acordo com as especificações dos descritivos.

Parágrafo Nono: Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

Parágrafo Décimo: Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.

Parágrafo Décimo Primeiro: A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Décimo Segundo: Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

Parágrafo Décimo Terceiro: Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

Parágrafo Décimo Quarto: Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.

Parágrafo Décimo Quinto: **Cumprir demais obrigações constantes do Edital, anexos e ata de registro de preços.**

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.

Parágrafo Segundo: Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Parágrafo Terceiro: Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

Parágrafo Quarto: Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

Parágrafo Quinto: Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

Parágrafo Sexto: Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.

Parágrafo Sétimo: Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo: Realizar rigorosa conferência das características do produto, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

Parágrafo Nono: O Departamento de Administração será responsável pela prática de todos os atos de controle do registro de preços.

Parágrafo Décimo: **Cumprir demais obrigações constantes do Edital, anexos e ata de registro de preços.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome da DETENTORA, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento Responsável.

Parágrafo Segundo: As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à DETENTORA e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo Terceiro: O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da DETENTORA.

I - A DETENTORA deverá informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.

Parágrafo Quarto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



6.1.1 destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

6.2.2 com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3.3 de comércio exterior."

Parágrafo Quinto: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo Primeiro: Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta dos recursos das dotações orçamentárias específicas abaixo:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.26.451.0019.1.052	3.3.90.30.44	000	1041
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.44	000	1042

Parágrafo Segundo: As futuras contratações serão custeadas com recursos próprios do município e não irão comprometer a obrigatoriedade de aplicação mínima em educação e saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O CONTRATANTE reserva-se o direito de cobrar da DETENTORA e a DETENTORA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta ata de registro de preços, bem como a facilitar ao CONTRATANTE a fiscalização dos produtos ora contratados.

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a ata de registro de preços, caso a DETENTORA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas na ata de registro.

Parágrafo Terceiro: O CONTRATANTE poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

Parágrafo Quarto: A fiscalização do CONTRATANTE não diminui ou substitui as responsabilidades da DETENTORA, decorrente de obrigações aqui assumidas.

Parágrafo Quinto: Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços do Diretor do Departamento de Mobilidade Rural Sr. Jian Michael Hartke, nomeado através do Decreto nº 6.822 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

Parágrafo Sexto: A fiscalização da ata ficará a cargo do Servidor Sr. Atalibio Alves Antunes, matriculado sob nº 1/9 e da Servidora Municipal Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835, de 27 de maio de 2020, a responsabilidade pelo acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

Parágrafo Sétimo: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Oitavo: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da DETENTORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Nono: Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos e produtos considerados inadequados.

Parágrafo Décimo: Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a DETENTORA, por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, deverá indicar preposto, aceito pela fiscal da ata de registro, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

Parágrafo Segundo: Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo Quarto: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quinto: Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

II - Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

Parágrafo Segundo: Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável,



que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro: A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.

Parágrafo Segundo: A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da detentora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.

II - Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da detentora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.

a) O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro: Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.

Parágrafo Quarto: As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Quinto: Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo Sexto: A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula será realizada pelo Prefeito Municipal, após concessão de contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e detentoras, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todas as atas de registro de preços celebradas com a Administração Pública Municipal.

I - Os licitantes devem e a detentora deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata de registro de preços;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução da ata de registro de preços;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir



materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.

Parágrafo Segundo: Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pela ata de registro de preços em questão.

Parágrafo Terceiro: Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução da ata de registro de preços, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo Quarto: Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Presencial nº 98/2020** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

Parágrafo Segundo: Os documentos referidos no subitem anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

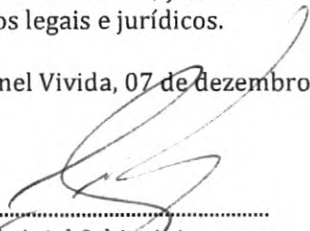
Parágrafo Terceiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

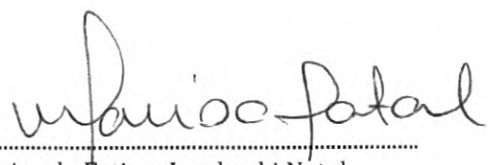
Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

Parágrafo Quinto: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2020.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Marisa de Fatima Jacoboski Natal
Mercovia – Sinalização, Comércio e Serviços Eireli - ME
DETENTORA

Testemunhas:


.....

.....

e



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**, conforme especificações e exigências descritas abaixo.

1.2 - Da escolha pelo registro de preços:

1.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

1.2.2. Na licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite o Município de Coronel Vivida efetuará as contratações dos bens nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

1.2.2 - Salientamos que tal registro de preço deverá ser realizado em lotes, conforme separação das tabelas, pois como verificado anteriormente, os produtos deverão conter as mesmas especificações químicas, e de tonalidades, pois serão utilizadas em conjunto, evitando que produtos ocasionem reações diferentes ocasionando uma diminuição da vida útil, dos materiais aplicados. Também solicitada o registro por lotes, devido a utilização dos mesmos, o que sempre ocorre em conjunto (são dependentes), como exemplo as tintas dependem do solvente e da micro esfera de vidro, caso ocorra problemas ou de reação química ou de refletividade, será mais fácil cobrar de uma empresa o qual fornecera todos os produtos, não podendo alegar incompatibilidade entre os materiais;

2- DA JUSTIFICATIVA

2.1 - Tendo em vista a necessidade de manutenção das vias urbanas, no tocante a sinalização viária, para organização da circulação de veículos e pessoas nas vias públicas, com o objetivo de disciplinar o tráfego visando a segurança e fluidez dos usuários, faz-se necessário a aquisição dos itens especificados neste termo.

2.2 - Considerando que alguns itens da Requisição anterior estão com pouco saldo ou já foram utilizadas em seu total, também itens que tiveram como fracassada sua cotação na última licitação, necessitamos dos itens para os fins que se destinam.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	1	150,0	UN	21147	CALOTAS TARTARUGA TAMANHO 14X5	I.C.D.	14,90	2.235,00



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



					CM EM POLIESTER REFORCADO, NA COR AMARELA			
1	2	150,0	UN	5185	TACHA BI-DIRECIONAL 10X10X2,00CM EM POLIESTER REFORCADO, NA COR AMARELA	I.C.D	9,90	1.485,00
1	3	300,0	UN	5186	TACHAO BI-DIRECIONAL DE 25X15X5 CM COM 02 PINOS DE FIXACAO SEXTAVADOS, COR AMARELA	I.C.D	23,00	6.900,00
1	4	100,0	KG	5189	COLA ADESIVA PARA TACHAS E TACHOES, A BASE EPOXI OU POLIESTER, EMBALAGEM COM 01 KG	I.C.D	16,00	1.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01								12.220,00

(doze mil e duzentos e vinte reais)

4 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 - Os produtos, objeto desta contratação, deverão ser entregues no prazo máximo 05 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, localizada na Rua Primo Zeni, Esquina com Benjamin Bordin, S/N, Bairro Schiavini.

4.2 - Os produtos deverão ser entregues, conforme descrição do item ganho, correndo por conta da DETENTORA as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.3 - O registro de preços poderá ser utilizado pelas secretarias, entidades e departamentos da administração pública municipal.

4.4 - O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.

4.5 - A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

5 - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento competente.

5.2 - As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

5.3 - O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.

5.4 - Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:



6.1.1 destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**;

6.2.2 com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3.3 de comércio exterior.”

5.5 - Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

6 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de cobrar da DETENTORA e a DETENTORA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta ata de registro de preços, bem como a facilitar ao CONTRATANTE a fiscalização dos produtos ora contratados.

6.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a ata de registro de preços, caso a DETENTORA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas na ata de registro.

6.3. O CONTRATANTE poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.4. A fiscalização do CONTRATANTE não diminui ou substitui as responsabilidades da DETENTORA, decorrente de obrigações aqui assumidas.

6.5. Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços do Diretor do Departamento de Mobilidade Rural Sr. Jian Michael Hartke, nomeado através do Decreto nº 6.822 de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

6.6. A fiscalização da ata ficará a cargo do Servidor Sr. Atalibio Alves Antunes, matriculado sob nº 1/9 e da Servidora Municipal Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835, de 27 de maio de 2020, a responsabilidade pelo acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

6.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da DETENTORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

6.9. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.



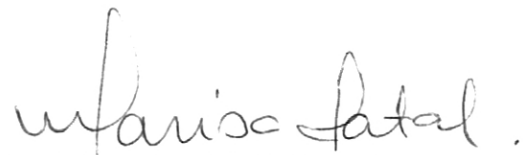
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



6.10. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a DETENTORA, por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, deverá indicar preposto, aceito pela fiscal da ata de registro, para representá-la sempre que for necessário.

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2020.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Marisa de Fatima Jacoboski Natal
Mercovia – Sinalização, Comércio e Serviços Eireli - ME
DETENTORA

Testemunhas:


.....
.....



Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0055033-5

Tipo Jurídico

Empresário Individual com Responsabilidade Limitada

Porte Empresarial

Microempresa



Delegacia de Barra do Piraí

Data de criação do protocolo na web: 17/01/2020
13:31:18

75-2020/011658-4

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

MERCOVIA – SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal da empresa

Nome:	<i>Elton F. Costa</i>
Assinatura:	<i>[Assinatura]</i>
Telefone de contato:	<i>21 2466.2266</i>
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	17/01/2020
Data da 1ª entrada:	

Local

Data



75-2020/011658-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MERCOVIA – SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

NIRE: 33.6.0055033-5 Protocolo: 75-2020/011658-4 Data do protocolo: 21/01/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/01/2020 SOB O NÚMERO 00003838717 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: AC540EFA85EB1F738DB1AB1D187BFA16E1E57013AF09C014CF1680C328A193F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/9



JUCE RJ
assinatura digitalizada



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
MERCOVIA – SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.
CNPJ: 00.096.960/0001-05**

Pelo presente instrumento, **CHARLES TORRES DIAS**, brasileiro, solteiro, técnico em transações imobiliárias e contabilista, natural de Pirai – RJ, nascido em 09/05/1966, filho de José Dias, e Ana Maria Rodrigues Torres Dias, residente e domiciliado a Rua Antônio Carlos Jobim, 235 – Centro – 27175 -000 – Pirai/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 06693381-3 DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 804.097.687-15, único sócio da Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. - EIRELI denominada **MERCOVIA – SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Praça Santana, 70 – Conjunto 04 – Parte – Centro – Pirai – RJ – Cep: 27175-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 00.096.960/0001-05, devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO sob o nire 33600550335 por despacho em 20/10/2017, resolve de na melhor forma de direito por este instrumento, alterar seu CONTRATO SOCIAL, nas cláusulas e condições seguintes, consoante à faculdade prevista no parágrafo único, do artigo 1033, da Lei nº 10406/02, resolve:

I - A titular resolve alterar endereço da matriz para Praça Dr. João Nery, nº 06 – casa 04 – Centro – Mendes – RJ – Cep: 26700-000, onde funcionará apenas como SIMPLES ESCRITÓRIO.

II – Os sócios de comum acordo resolvem alterar sua atividade para:

SINALIZAÇÃO RODOVIARIA

- Sinalização rodoviária; CNAE - 42111/02;
- Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado – (produtos de sinalização e segurança viária) – Cnae – 46192/00;
- Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; CNAE - 43291/04;

CONSTRUÇÃO

- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas – CNAE 42138/00;
- Obras de terraplanagem – CNAE 43134/00;
- Construção de rodovias e ferrovias – CNAE - 42111/01;
- Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica – CNAE - 42219/02;
- Construção de redes de transportes por dutos exceto para água e esgoto; CNAE 42235/00;





- Outras obras de engenharia civis não especificadas anteriormente - CNAE - 42995/99;
- Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente - CNAE - 43291/99;

INFORMÁTICA

- Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; CNAE - 95118/00;
- Provedores de acesso às redes de comunicações - Cnae - 61906/01;

PROJETOS

- Serviços de engenharia - Cnae - 71120/00;
- Serviços de arquitetura - Cnae - 71111/00;
- Atividades paisagísticas - Cnae - 81303/00;

LOCAÇÃO

- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Cnae - 77322/01;
- Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; Cnae - 77390/99;

SERVIÇOS

- Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificados anteriormente; CNAE - 63992/00;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; 74901/04;
- Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; 33295/99;
- Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente; 33198/00;

COMERCIAL

- Importação e exportação;

III – À vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 02 DA
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
MERCOVIA – SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.
CNPJ: 00.096.960/0001-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO

A presente EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA girará sob a denominação **MERCOVIA – SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, com sede na Praça Dr. João Nery, nº 06 – casa 04 - Centro – Mendes – RJ – Cep: 26700-000, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais ou outras dependências em qualquer parte do território nacional.

Paragrafo único: FUNCIONARÁ APENAS COMO SIMPLES ESCRITÓRIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETIVO SOCIAL:

O objeto da EIRELI é:

SINALIZAÇÃO RODOVIARIA

- Sinalização rodoviária; CNAE - 42111/02;
- Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias em geral não especializado – (produtos de sinalização e segurança viária) – Cnae – 46192/00;
- Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; CNAE - 43291/04;

CONSTRUÇÃO

- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas – CNAE 42138/00;
- Obras de terraplanagem – CNAE 43134/00;
- Construção de rodovias e ferrovias – CNAE - 42111/01;
- Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica – CNAE - 42219/02;
- Construção de redes de transportes por dutos exceto para agua e esgoto; CNAE 42235/00;
- Outras obras de engenharia civis não especificadas anteriormente - CNAE – 42995/99;
- Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente – CNAE – 43291/99;



INFORMÁTICA

- Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; CNAE - 95118/00;
- Provedores de acesso às redes de comunicações - Cnae – 61906/01;

PROJETOS

- Serviços de engenharia – Cnae - 71120/00;
- Serviços de arquitetura – Cnae - 71111/00;
- Atividades paisagísticas – Cnae - 81303/00;

LOCAÇÃO

- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; Cnae – 77322/01;
- Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; Cnae – 77390/99;

SERVIÇOS

- Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificados anteriormente; CNAE -63992/00;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; 74901/04;
- Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; 33295/99;
- Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente; 33198/00;

COMERCIAL

- Importação e exportação;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DURAÇÃO

Seu prazo de duração é Indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL





O capital social é de R\$1.000.000,00 divididos em 10.000 (dez mil) quotas de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma em moeda corrente do país.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO

Será administrada pelo Sr. **CHARLES TORRES DIAS**, a quem caberá a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI.

CLÁUSULA SEXTA – DO EXERCÍCIO

O exercício será encerrado em 31 de Dezembro, serão divididos entre os sócios proporcionalmente à sua participação na sociedade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DECLARAÇÃO MERCANTIL

Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DO TITULAR

A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

CLÁUSULA NONA – DO DESEMPEDIMENTO

Sob as penas da lei, declara, igualmente, que o administrador não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI.

Pela exatidão daquilo acima estipulado, o titular assina o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, que será levado a registro perante a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** competente, para que a mesma adquira personalidade jurídica, de acordo com a legislação em vigor.

Pirai (RJ) 13 de janeiro de 2020.



CHARLES TORRES DIAS





1º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Rua Comendador Sá nº 17 Loja 02 - Centro - Pirai - CEP 27.175-000 - Tel. (24) 2431-1581
Eduardo Augusto da Silva - Titular

Reconheço as firmas por Semelhança de:
CHARLES TORRES DIAS *****

Emols: R\$ 5,82. Feti: R\$ 1,16. Fundperj: R\$ 0,29. Funperj: R\$ 0,29.
Funarpen: R\$ 0,23. Pmcmv: R\$ 0,11. Jss: R\$ 0,29. Total: R\$ 8,19.

PIRAI - RJ/RJ, 13/01/2020.
CARLOS ANTONIO TIRADO LIMA. Em test. da verdade. Conf.
EDIA 22181 YFI Consulte <https://www3.tj.rj.jus.br/citepublico>



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MERCOVIA - SINALIZAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

NIRE: 336.0055033-5 Protocolo: 75-2020/011658-4 Data do protocolo: 21/01/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/01/2020 SOB O NÚMERO 00003838717 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: AC540EFA85EB1F738DB1AB1D187BFA16E1E57013AF09C014CF1680C328A193F8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/9



JUCECERJA
assinado digitalmente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ



DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP2000006932

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) MERCOVIA SINALIZACAO, COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.096.960/0001-05
--	--

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

209 Alteracao de endereço entre municípios dentro do mesmo estado
244 Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)

Número de Controle: RJ39307555 - 00098960000105

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS



04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Responsável	Preposto
NOME CHARLES TORRES DIAS	CPF 804.097.687-15
LOCAL E DATA RJ 21/01/2020	ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

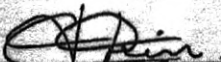


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

 Polegar Direito 0264




Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 06.693.381-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/03/2017

NOME
CHARLES TORRES DIAS

FILIAÇÃO
JOSÉ DIAS

ANA MARIA RODRIGUES TORRES DIAS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
PIRAÍ/RJ 09/05/1966

DOC. ORIGEM
C. NASC LIV 38 FLS 221V TERM 16.671
PIRAÍ RJ

CPF
804.097.687-15

001 2 Via

YNGUEUS PEDREIRO FILHO
PRESIDENTE DO SUPLENTE
ID 3087334

0264

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º Ofício de Justiça

Rua Comendador Sá nº 17 Loja 02 - Centro - Piraí - CEP 27.175-000 - Tel. (24) 2431-1561 392320AA071971

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé, que a cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo original.

Emols: R\$ 6,00. Fetj: R\$ 1,20. Fundperj: R\$ 0,30. Funperj: R\$ 0,30

Funarpen: R\$ 0,24. Pmcmv: R\$ 0,12. Ias: R\$ 0,30. Total: R\$ 8,46.

PIRAÍ - RJ/RJ, 19/11/2020.

CARLOS ANTONIO TIRADO LIMA. Em test. da verdade. Conf.

EDOP 67104 USS Consulte <https://www3.tj.rj.us.br/sitepublico>



SERVENTIA NOTARIAL E REGISTRAL

OFÍCIO ÚNICO DE MENDES
Rua Capitão Francisco Cabral, 95 - Loja 07.
CENTRO COMERCIAL DE MENDES - Térreo
MENDES - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ
CGC. 30.657.597/0001-02
Tel. (0**24) 2465 - 3322.



**PAULO TOVAR ELIAS, TITULAR DO CARTÓRIO DO
OFÍCIO ÚNICO DE MENDES - ESTADO DO RIO DE
JANEIRO - RJ.**

Certifico que consta Lavrado no

Livro 47, fls. 145, Ato 139, a Procuração com o seguinte teor: **SAIBAM** quantos, este Público Instrumento de Procuração bastante virem, que aos **(10) dez** dias do mês de março do ano de **(2020)** dois mil e vinte, nesta cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, perante mim, Paulo Tovar Elias - Titular compareceu (ram) como **Outorgante: MERCOVIA SINALIZAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, sediada na Praça Drº João Nery nº 06, casa 04, Centro, Mendes/RJ e devidamente inscrita no **CNPJ com o nº 00.096.960/0001-05**, neste ato representada pela seu sócio: **CHARLES TORRES DIAS**, nascido em 09/05/1966, com 53 anos, brasileiro, solteiro, de acordo com a Certidão de Nascimento lavrada no Registro Civil de Pessoas Naturais do 1º Distrito Serventia nº 1324 de Pirai, livro nº 38, fls. 221V, nº de ordem 16.671, empresário, portador da carteira de identidade nº 06693381-3 do Detran/RJ constate na carteira nacional de habilitação nº 00592307151 do Detran/RJ de 13/06/2019, e inscrito no CPF/MF nº 804.097.687-15, filho de José Dias e Ana Maria Rodrigues Torres Dias, residente na Rua Antônio Carlos Jobim, nº 235, Centro, Pirai/RJ. Hora de passagem por esta cidade de Mendes RJ. Reconhecido por mim como o próprio, cuja identidade e capacidade jurídica dou fé, disseram-me que por este Público Instrumento nomeia (m) e constitui (em) sua bastante **Procuradora (a) (es): MARISA DE FATIMA JACOBOSKI NATAL**, brasileira, autônoma, nascida em 13/01/1965, com 55 anos, de acordo com a Certidão de Nascimento lavrada no Registro de Pessoas Naturais do Distrito da sede do Município e Comarca de solteira, filha de Arinir Pires Natal e Hilda Jacoboski Natal, portadora da carteira de Identidade nº 3193298-0 de 07/10/2009 do SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº 567.222.149-15, residente na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 152, sobrado 01, Cristo Rei, Curitiba-PR. A qual confere poderes amplos e gerais para Representar a empresa junto à Sindicatos de funcionários e patronais, assinar contratos de locação, contratos de subempregos, de fornecimento de materiais e serviços, com empresas privadas, pública e de economia mista, assinar propostas de concorrência públicas, participar de licitações, assinar e listar documentos, impugnar, apresentar recursos administrativo, requerer documentos em nome do outorgante, prestar declarações, apresentar documentos, credenciar representantes legais em procedimentos licitatórios, e praticar finalmente todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. Podendo substabelecer. Pelo Outorgante, me foi dito, finalmente, que esta procuração em todos os seus expressos termos, tal qual se acha redigida. O nome, qualificação e identificação da Procuradora e os documentos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pelo Outorgante, que por eles se responsabiliza civil e criminalmente pelos elementos declaratórios e de autenticidade dos documentos fornecidos por ela, constante neste instrumento, e que após a sua assinatura, são inalteráveis, isentando esta serventia de todas as responsabilidades decorrentes. Assim o disse do que dou fé e me pediu lhe lavrasse este instrumento que, lido em voz alta e achado conforme, aceitou e abaixo assina, dispensando presença das testemunhas instrumentárias, conforme faculta o Código de normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A pedido do Outorgante esta procuração foi feita sobre minuta. Praticando em fim a todos os atos para o bom e fiel cumprimento deste mandato. Perante mim **PAULO TOVAR ELIAS - Tabelião e/ou CLÁUDIA MARY SOARES NUNES - Substituta**; que a tudo porto por fé. Custas: Tab. 16/04 = R\$ 11,16, Tab. 16/05 = R\$ 12,94 (x2) = R\$ 25,88, Tab. 22/02 d= R\$ 54,53, 2% (Lei 6370/12) = R\$ 1,09, 4% (Lei 6281/12) = 3,66, mais lei 3.217/79 referente aos 20% no valor de R\$ 18,31,

099AA 008413

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
3º TABELIONATO DE NOTAS
Certifico que a presente cópia
reprodução fiel do documento original
que me foi apresentado. Dia 16

CURTIBA, 02 OUT. 2020

RAFAEL DELAROSA - Ferreirante



5% (Lei 4.664/05) = R\$ 4,57; 5% (Lei 111/06) = R\$ 4,57, Distribuição: 30,41; serão recolhidas a esta serventia. **Foram-me apresentadas e arquivadas as xerox da identificação da Outorgante e do Procurador autenticadas.** Nada mais, Lavrei Eu, que a Tudo porto por fé. Nada mais, Lavrei Eu, que a Tudo porto por fé. Emolumentos: Tab. 16/01 = R\$ 0,92 X 13 = R\$ 11,96; Tab. 16/02 = R\$ 21,38 ; Tab. 16/05 = R\$ 12,94; 4% (Lei 6281/12) = R\$ 1,85; 5% (Lei 4.664/05) = R\$ 2,31 5% (111/06) = R\$ 2,31; 20% (Lei 3217/99)=R\$ 9,25.

Mendes (RJ), 6 de julho de 2020.

PAULO TOVAR ELIAS - TABELIÃO E OU
CLÁUDIA MARY SOARES NUNES - Substituta



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDKN 19994 HYZ
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 3.193.298-0

POLEGAR DIREITO



Marisa Natal

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL: 3.193.298-0

DATA DE EXPEDIÇÃO: 07/10/2003

NOME: MARISA DE FATIMA JACOBOSKI NATAL

FILIAÇÃO: ARINIR PIRES NATAL

HILDA JACOBOSKI NATAL

NATURALIDADE: GUARULHOS/SP

DATA DE NASCIMENTO: 13/01/1965

DOC. ORIGEM: COMARCA=GUARULHOS/SP, DA SEDE
C.NASC=51842, LIVRO=49A, FOLHA=162

CPF: 567.222.149-15

CURITIBA/PR

Assinatura do Diretor

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

1.º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
13.º TABELIONATO DE NOTAS
Certifico que a presente fotocópia é
reprodução fiel do documento original
que me foi apresentado. Dou fé.

CURITIBA 18 NOV 2020

Sr. RICARDO AUGUSTO DE LIMA - Oficial
Sra. L. CAVALCANTE DE LIMA - Escrevente
Srte. FERNANDA DELAROSA - Escrevente
Priscila ROSA DE ALMEIDA - Escrevente
YANESSA G. A. MURES - Escrevente
MARCUS DE CASTILHO - Escrevente



0180900981



641.118-6

12.641.118-6

EVI BRANCO

validades e exigências, ressalvadas as partes expressamente alteradas por este instrumento. Itapetere D Uruçu, 03 de dezembro de 2020.



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida

TIAGO LAZAROTTO;
06898843974

Digitally signed by TIAGO LAZAROTTO:06898843974
Date: 2020.12.16 17:59:12 -03'00'

Quinta-Feira, 17 de Dezembro de 2020

Ano III – Edição Nº 0610

Página 1 / 002

SUMÁRIO

Executivo.....	01
DECRETOS.....	01
Licitações.....	01
Contratos.....	01

EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 7432, de 16 de dezembro de 2020.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM.

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o Artigo 440 da Lei Complementar nº 028, de 23.12.2009, e alteração dada pela Lei Complementar nº 042 de 22.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º-Fica atualizado o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM que passa a ser de 116,22 (cento e dezesseis reais e vinte e dois centavos) para o exercício de 2021.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2020.

Frank Ariel Schiavini - Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se,

Humberto Luiz Serpa de Oliveira Viana - Secretário Municipal de Administração

Cod347974

DECRETO Nº 7433, de 16 de dezembro de 2020.

Atualiza os valores da Taxa de Coleta de Lixo para o exercício 2021.

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em atenção ao Artigo 269 e ao §1º do art. 269-G da Lei Complementar nº 028, de 23.12.2009, e alteração dada pela Lei Complementar nº 045 de 27 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º-Atualiza em 5,02% (cinco vírgula dois por cento) os valores referentes a Taxa de Coleta de Lixo, para o exercício de 2021, conforme tabela constante no anexo I deste Decreto.

Art. 2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2020.

Frank Ariel Schiavini - Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se,

Humberto Luiz Serpa de Oliveira Viana - Secretário Municipal de Administração

Cod347973

ANEXO I

TAXA DE COLETA DE LIXO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

CATEGORIA/NÚMERO DE COLETAS	Valor mês R\$
1- RESIDÊNCIAS	
1.1- 2 coletas semanais	9,72
1.2 - 3 coletas semanais	14,58
1.3 - 5 coletas semanais	24,30
2. COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL	
2.1- 2 coletas semanais	12,96
2.2- 3 coletas semanais	19,43
2.3- 5 coletas semanais	32,39
3. LANCHONETES, MERCEARIAS, SUPERMERCADO, HOTÉIS E SIMILARES	
3.1 - 2 coletas semanais	32,39
3.2 - 3 coletas semanais	48,60
3.3 - 5 coletas semanais	81,01
4. TARIFA SOCIAL	
4.1-Tarifa Social	7,78

Cod347975

LICITAÇÕES

PARECER E ADJUDICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2020

DATA: 30/11/20 ABERTURA: 15/12/20 HORÁRIO: 09:01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM E ARLA 32), PARA A FROTA DE VEÍCULOS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e adjudicamos os itens a seguir ao licitante

vencedor:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	ETANOL	AUTO POSTO COMETA LTDA	3,06	91.800,00
02	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO COMETA LTDA	4,30	215.000,00
03	ARLA 32, EMBALAGEM DE 20 LITROS	AUTO POSTO COMETA LTDA	52,00	7.800,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
AUTO POSTO COMETA LTDA	75.615.542/0001-78	314.600,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R\$ 314.600,00 (trezentos e quatorze mil e seiscentos reais).

Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Coronel Vivida, 15 de dezembro de 2020. Fernando Q. Abatti, Pregoeiro; Ademir A. Azilero, Equipe de Apoio; Iana R. Schmid, Equipe de Apoio; Leila Marcolina, Equipe de Apoio.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2020

DATA: 30/11/20 ABERTURA: 15/12/20 HORÁRIO: 09:01

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM E ARLA 32), PARA A FROTA DE VEÍCULOS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA; conforme discriminado no objeto do presente edital.

Analisados todos os atos referentes ao Pregão Presencial nº 102/2020, HOMOLOGO os itens a seguir ao licitante vencedor:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	ETANOL	AUTO POSTO COMETA LTDA	3,06	91.800,00
02	GASOLINA COMUM	AUTO POSTO COMETA LTDA	4,30	215.000,00
03	ARLA 32, EMBALAGEM DE 20 LITROS	AUTO POSTO COMETA LTDA	52,00	7.800,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
AUTO POSTO COMETA LTDA	75.615.542/0001-78	314.600,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R\$ 314.600,00 (trezentos e quatorze mil e seiscentos reais).

Coronel Vivida, 15 de dezembro de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

Cod347973

CONTRATOS

NOTIFICAÇÃO

Considerando o Ofício Interno nº 142/2020 de 11.12.2020, emitido pelo Prefeito, Sr. Frank Ariel Schiavini junto a Portaria nº 034/2020 de 07.12.2020, a qual, após processo administrativo instaurado pelo Município, resolve, aplicar como penalidade a empresa Gabrieli da Silva Vogel: a rescisão ao Contrato nº 44/2020 e a declaração de inidoneidade da empresa, ficando impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de 05 anos; RESOLVE: Em vista da decisão proferida após processo administrativo, fica a empresa GABRIELI DA SILVA VOGEL, estabelecida na Rua da Liberdade mais 137 metros, 1215 – Núcleo Barro Preto, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.217.482/0001-22, NOTIFICADA nesta data, CONCEDENDO o prazo de 05 dias úteis para que, querendo, exerça o direito de contraditório e ampla defesa, quanto a decisão de rescisão ao Contrato nº 44/2020. Coronel Vivida, 15 de dezembro de 2020. Ademir Antonio Azilero, Presidente da CML.

Cod347969

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 98/2020. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de sinalização viária para a secretaria de obras, viação e urbanismo. Prazo: 12 meses, de 08.12.2020 a 07.12.2021. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
159/2020	MANORT INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA-EPP	07.889.115/0001-28	49.900,00
160/2020	MERCOVIA-SINALIZACAO, COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME	00.096.960/0001-05	12.220,00

Coronel Vivida, 07 de dezembro de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod347975

ADITIVO Nº 01 ao Contrato nº 82/2020

Tomada de Preços nº 07/2020 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: BRASCOL PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 18.260.537/0001-56. Este Termo Aditivo tem por objetivo a PRORROGAÇÃO do prazo de EXECUÇÃO, embasado nos termos da Cláusula Sexta do Contrato, com fundamento no artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, ofício da Divisão de Estudos e Projetos, cronograma reprogramado